

*Entre ruínas e permanências: o patrimônio face à especificidade da urbanização goiana<sup>1</sup>*

*Between ruins and continuities: the patrimony in face of urbanization's specificity of Goiás*

*Entre ruinas y continuidades: el patrimonio en vista de la especificidad de la urbanización goiana*

*Luana Nunes Martins de Lima*  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)  
Universidade de Brasília (UnB)  
prof.luanunes@gmail.com

**Resumo**

Em Goiás, muitas cidades fundadas no ciclo da mineração, não tiveram seu patrimônio consagrado, restaurado ou mantido pelos órgãos de preservação, restando poucos bens na malha urbana. Cidades cuja história reconstrói o processo pelo qual os valores modernos fixaram-se no “sertão”. A proposta deste artigo é expor o contexto de análise do patrimônio goiano face à especificidade da urbanização colonial no estado, evidenciado como sua condição de negligência é fruto de processos que podem ser contextualizados na história. As permanências do patrimônio, contudo, são latentes, e não se expressam unicamente pelas materialidades históricas mantidas no espaço urbano, mas, sobretudo, pelas práticas simbólicas que nutrem este espaço.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Urbanização; Goiás; Memória.

**Abstract**

In Goiás, many cities founded in the mining cycle, did not have their patrimony established, restored or maintained by organs of preservation, leaving few assets in the urban area. Cities which history reconstructs the process whereby modern values were fixed in the backcountry. The purpose of this article is to expose the context of analysis

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto intitulado “Patrimônio Cultural em Goiás: cidades apreendidas pela memória”, cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), da Universidade Estadual de Goiás.

of Goiás's patrimony in face of colonial urbanization's specificity in the state, showing how their condition of negligence is the result of processes that can be contextualized in history. The continuities of patrimony, however, are latent, and they do not express themselves only by historical materialities maintained in urban space, but above all, by the symbolic practices that nurture this space.

**Keywords:** Cultural patrimony; Urbanization; Goiás; Memory.

### **Resumen**

En Goiás, muchas ciudades fundadas en el ciclo de la minería, no tenían su patrimonio consagrado, restaurado o mantenido por órganos de preservación, dejando pocos bienes en la área urbana. Ciudades cuya historia reconstruye el proceso por el cual los valores modernos se fijaron en el "sertão". El propósito de este artículo es exponer el contexto de análisis del patrimonio goiano en vista de la especificidad de la urbanización colonial en el estado, demostrando como su condición de negligencia es el resultado de procesos que pueden ser contextualizados en la historia. Las continuidades de patrimonio, sin embargo, están latentes, y se expresan no sólo por las materialidades históricas mantenidas en el espacio urbano, pero, sobre todo, por las prácticas simbólicas que nutren este espacio.

**Palabras clave:** Patrimonio cultural; Urbanización, Goiás; Memoria.

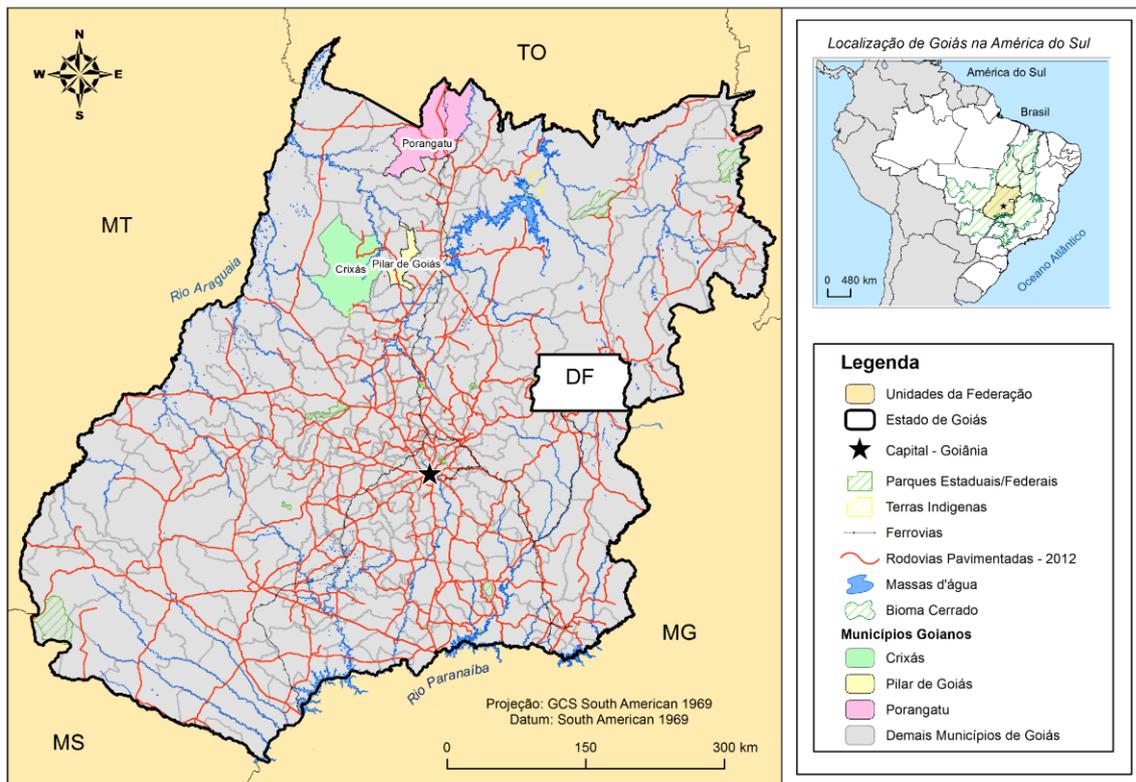
### **Introdução**

“A produção do espaço urbano nos territórios do cerrado” – esse é o eixo temático que norteia as ideias apresentadas neste artigo. Para além de uma perspectiva “museal”, o patrimônio material das cidades agrega as referências históricas e evidencia as transformações do espaço urbano no mundo inteiro. A forma como os patrimônios singulares são tratados e como se deu (ou não) a reprodução de sua imagem são fatores que revelam a dinâmica histórica da produção do espaço urbano em relações escalares muito mais abrangentes.

Em estudos realizados por geógrafos e profissionais de áreas afins, identificamos três possibilidades que comprometem a existência/resistência desse patrimônio. Na primeira, o patrimônio dá lugar à modernização, tendo seus elementos pouco a pouco substituídos por novas formas e funções na cidade (CHOAY, 2001). Na segunda, o patrimônio é incorporado à lógica do mercado e torna-se base para a

cenarização e estetização dos lugares turísticos (COSTA, 2015), incidindo em um processo de ressignificação desses lugares. Na terceira, o patrimônio é simplesmente negligenciado (ou “esquecido”) em cidades que mantiveram determinado distanciamento econômico e sociocultural de outras cidades que se constituíam como centralidades em desenvolvimento, como o recente estudo de Paes (2015). A reflexão sobre esta última possibilidade abre caminho para problematizar o patrimônio de cidades goianas, bem como apontar para possibilidades outras, ou seja, as *resistências* que confrontam o esquecimento do lugar e do patrimônio. Isto perfaz a ideia central do projeto de tese que está em desenvolvimento, intitulado “Lugar e memória; o patrimônio em Pilar, Crixás e Porangatu entre o esquecimento e a resistência”.

Figura 1: Mapa de localização dos municípios de Pilar de Goiás, Crixás e Porangatu no Estado de Goiás.



Elaboração: Sílvio Braz de Sousa. Organização: Luana Nunes Martins de Lima. 2016.

Aqui, situo o caso dessas três cidades goianas, localizadas na região do Vale do São Patrício no Centro Goiano, e Porangatu, na região Norte Goiano, nas quais a ocupação e o povoamento deram-se pela mineração.

A escolha destas cidades pode ser explicada, inicialmente, pelas evidências de um processo em curso de abandono do acervo patrimonial, seja por parte do poder público, dos órgãos de preservação, ou da própria comunidade local, algo também notável em outras cidades históricas goianas.

Em Crixás, poucos bens materiais foram tombados isoladamente, havendo ainda algumas reminiscências da cultura material na malha urbana. Em Porangatu, o perímetro do sítio histórico foi tombado pelo governo municipal, mas a lei de tombamento não é aplicada na prática local, por isso pouco restou da arquitetura colonial original. Em Pilar de Goiás, em que se nota atualmente uma preocupação maior, o polígono de tombamento está em processo de estudo para ratificar as áreas de real interesse de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo que muito do que havia se perdeu da década de 1960 para cá. Nas três cidades alguns bens foram refuncionalizados para atividades culturais, poucos foram restaurados e tombados e boa parte está em ruínas, em deterioração ou já foi destruída para outros tipos de construções.

É objetivo desta pesquisa em curso, entender, a partir de uma análise de Goiás em sua posição no cenário nacional, os fatores que levaram as cidades históricas goianas à condição de “esquecimento” em face do período de “decadência” econômica e do projeto de modernização que se desenvolveu no Brasil pelos séculos XIX e XX. A correlação dessa trajetória com as dinâmicas e políticas patrimoniais projetadas nacionalmente e internacionalmente, podem indicar as negligências e a valorização como contrapontos.

Mas além disso, é preciso lançar luz ao patrimônio que não é dado como patrimônio, localizando as *resistências*: as relações sociais, os símbolos, as lembranças e as experiências vividas na totalidade da cidade, no intuito de apreender o patrimônio a partir do crivo da significação coletiva e plural. São elementos que serão investigados por meio das técnicas da história oral, em entrevistas narrativas, semiestruturadas, foto-entrevistas, e da análise de conteúdo.

## **O contexto de análise**

O patrimônio cultural de muitas cidades históricas em Goiás insere-se em uma condição de “esquecimento”, fruto de processos históricos que o marginalizam ainda nos dias atuais. Tais processos podem ser situados em uma periodização<sup>2</sup>. Inicialmente, tem-se o marco da dita “decadência” econômica, pela qual muitas cidades foram submetidas no período pós-mineratório, o que supostamente provocou o arrefecimento populacional, o abandono de inúmeras residências e outros tipos de edificações.

Os caminhos para a compreensão do patrimônio em Goiás e sua condição atual passam, inevitavelmente, pelos “caminhos do ouro”. A raiz histórica da urbanização do sertão goiano nasceu no estatuto colonial, que, na busca pelo ouro e por pedras preciosas, estendeu-se de Minas Gerais, na bacia do Parnaíba, até o vale do Araguaia-Tocantins, onde se situavam as que foram chamadas “Minas Goyazes”. Chaveiro (2004, p. 97) sintetiza:

É a relação processual da empresa colonial com o território do sertão que cria, geneticamente, uma especificidade no processo de urbanização de Goiás, pois fora ela que enxergou, constatou e relatou a diferenciação dos “lugares-Brasil”, especificamente no que tange ao sertão, em que natureza e homem, a partir de espécies vegetais, de animais, índios e, depois mineiros, diante da exuberância das matas e do sol apimentado do planalto, fundavam uma sociedade, na originalidade portadora dos seus signos do sertão, que tecia uma urbanização cuja face essencial é o seu vínculo com a ruralidade sertaneja, em que o desdobramento geográfico mais característico era o isolamento.

Essa essência rural e a imagem de isolamento que caracterizou as cidades do interior goiano, por tempo considerável, subordinou o projeto de nacionalidade que figurava na escala da nação. Ou fora o contrário? O fato é que o desdobramento do bandeirantismo culminou na caracterização das cidades do sertão goiano, e na sua forma específica de ocupação e urbanização, de maneira que foram, primeiramente, objetos de negação e desprezo pelo olhar estrangeiro, e posteriormente, não corresponderam às ideias modernistas que ditaram as normas no período republicano brasileiro.

---

<sup>2</sup> Do ponto de vista metodológico, é preciso situar o papel dos “eventos” como demarcadores da patrimonialização, como sugere Costa (2015). Para Santos (2006), os eventos não representam apenas fatos, mas, sobretudo, ideias. A suposta condição de retrocesso econômico e cultural de muitas cidades goianas no período pós-mineração deve ser avaliada a partir de generalidades históricas encontradas nas particularidades de pesquisas regionais.

Dadas suas condições geográficas e de povoamento, Goiás teve, gradativamente, suas características culturais moldadas em condições muito peculiares, considerando também a influência de diferentes valores ibéricos que se mesclaram à cultura negra e indígena. O barroco goiano remete a uma nova expressão cultural e de comportamento, fruto deste ajuntamento de povos, da busca pelo ouro e da pressa.

A produção de ouro, que poderia viabilizar novas composições artísticas e urbanísticas de produção na região, ou era remetida para Portugal sob a forma de quintos, ou era contrabandeada, restando pouco para os próprios núcleos urbanos que se formavam. A opulência artística do barroco goiano era restrita e relegada ao segundo plano, enquanto o ouro recolhido dos rios da região em muito serviram aos suntuosos altares da Bahia e do Rio de Janeiro. De acordo com Freitas (2011, p. 57-8):

Não houve tempo, sequer, para que alguns segmentos sociais usufríssem da abundância e do ócio, que permitem divagar os espíritos. Do século XVIII, abstraídas algumas igrejas e uns poucos monumentos e edificações, o legado artístico de Goiás colonial é pequeno, ainda que expressivo. As triturantes realidades da vida cotidiana, o esforço despendido visando ao enriquecimento e à sobrevivência esgotaram o tempo e as energias de quantos se deslocaram para os ermos de Goiás. As distâncias imensas, o isolamento dos núcleos urbanos, a instabilidade e a turbulência impediram a concentração de artífices e artesãos, como, por exemplo, os que viabilizaram o desenvolvimento do barroco mineiro.

Grosso modo, com o esgotamento das jazidas, esta condição de relativo isolamento estaria associada ao fato de as condições naturais favorecedoras da mineração não serem as mesmas propícias ao comércio de abastecimento da capital e a exportação de produtos agrícolas, o que manteve os interesses econômicos do Brasil (mais precisamente da região Sudeste) voltados para a expansão das províncias do centro-sul. Vilas e arraiais se tornaram ermos pelo abandono e hoje se transformam em escombros pelo descaso. Como consequência, estas cidades ficaram às margens do desenvolvimento imposto na ideia de progresso surgida a partir da República, na qual se difundia o Brasil como o “país do futuro”, responsável por gerar reformas urbanísticas radicais em várias cidades.

Costa e Suzuki (2012) identificam que os lemas *progresso, modernização e integração territorial* dão a tônica de uma nação imaginada, no Brasil Imperial, a qual se buscou concretizar, ao longo do século XX, à custa da seleção do que se pretendia como símbolos identitários nacionais. Evidentemente, as referidas cidades goianas não

se enquadravam a este modelo, talvez porque apresentavam uma arquitetura considerada “simples” e “pobre” com um barroco pouco expressivo, dentro de parâmetros artísticos em que a opulência e o fausto relativos a esta arte balizavam a eleição do que representaria o Estado-nação, como esclarecem Costa e Suzuki (2012).

No Estado Novo, a concepção em voga de patrimônio histórico, aliada aos ideais modernistas de alcançar uma identidade nacional, cristalizaram grandes monumentos e obras de arte que dariam consistência à chamada cultura brasileira, enquanto as memórias coletivas heterogêneas de muitas cidades e grupos sociais foram suprimidas na história instituída.

A ideia de progresso e desenvolvimento difundida nesse período faz com que se olhe para o interior do Brasil, porém, de forma seletiva e negligente, uma vez que projetos como a Marcha para o Oeste, por exemplo, incentivaram a migração para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no sudeste. Em Goiás, apenas as regiões sul e sudoeste desenvolvem intensamente sua economia e infraestrutura neste período.

Para Costa e Suzuki (2012), a seletividade imposta, tanto no processo de modernização do território brasileiro quanto nas variantes estéticas que projetaram algumas cidades coloniais, faz com que se tornem “esquecidos” muitos grupos sociais e núcleos urbanos.

Atualmente, este esquecimento dá-se muito mais pela exclusão destas cidades no que se refere às políticas de patrimonialização, pela ausência de uma política democrática de patrimônio histórico, somado ao relativo abandono do patrimônio material ainda existente.

De acordo Costa e Steinke (2013), a situação de abandono ou de preservação é resultado da relação entre produção material e reprodução de imagens, imaginários e imaginações sobre tais lugares. O reconhecimento institucional reproduz diferentes formas de relações entre a comunidade e seu patrimônio. Portanto, o reconhecimento coletivo do patrimônio cultural por parte da população também está associado ao conhecimento difundido deste mesmo patrimônio, seu sentido histórico, suas representações e seus valores intrínsecos. Para os autores, “o amálgama de comunidades a seus bens culturais é estritamente atributo dos níveis e tipos de

correlações estabelecidas neste mesmo lugar, e também do conhecimento construído historicamente a partir destes mesmos lugares” (COSTA e STEINKE, 2013, p. 187).

Apesar de uma manifesta lógica comercial de promulgação dos lugares do patrimônio, fortalecida pelo reconhecimento institucional, não é por este viés que a análise será guiada. O intuito é compreender como este patrimônio foi produzido e como ele é pensado dentro da história do lugar, pela própria história das pessoas que vivem nestas cidades. O valor do patrimônio está na memória coletiva, é endógeno à história de seus habitantes e, muitas vezes, esse valor não extrapola o campo da escala local. O sentido do patrimônio, portanto, está no fluxo da memória, que

ao jorrar, vem todo margeado por pontos onde a significação da vida se concentrou [...]. Estes eventos e outros mais vão se apegando aos materiais que os acompanharam, vão modelando o sentido íntimo das coisas que durante anos resistiram a nós com sua alteridade e acabaram por tomar algo do que fomos. Ao final, a morfologia da cidade, dos minúsculos objetos aos grandes bairros, foi subjetivamente diferenciada: as experiências, os afetos imanizaram os lugares, demarcando núcleos em torno dos quais vão gravitar as lembranças (GONÇALVES FILHO, 1988, p. 112).

Há um nítido enfrentamento entre o sentido do esquecimento, nas perspectivas apresentadas (modernização e negligência em relação ao patrimônio material), e o sentido da *resistência*, que se lança no presente destas cidades históricas nas relações vividas pelas populações em seus lugares de memória, a saber, seu patrimônio a ser desvendado. Identificar os elementos que expressam a *resistência* do patrimônio ante a este processo de “esquecimento” é algo que merece uma análise apurada. A memória, acionada por estes lugares do patrimônio” deve ser interpretada em sua íntima relação com o lugar.

É nesse sentido que busco estabelecer os contrastes e os pontos de convergência entre o *esquecimento* legado ao patrimônio histórico de Goiás, em grande medida não reconhecido institucionalmente, senão de forma seletiva e parcial; e a *memória*, que traz em si o reconhecimento e a apreensão do passado, como elemento que ainda orienta o presente nas cidades. Logo, precisamos destacar que a conservação patrimonial, por si só, não é capaz de alimentar os sentidos que o patrimônio carrega. Reiterando a crítica de Jeudy (2005), o qual enfatiza que, por vezes, a conservação só traz como compensação a nostalgia; o risco do esquecimento engendra a culpa e

legitima os projetos de revisitação da história, que, na busca excessiva pelas raízes, anulam a vida presente.

Hoje, as festas são referenciadas como reminiscências vivas do passado que possibilitam determinada continuidade, apesar das descontinuidades sobrevindas. Nas palavras de Eckert (1997, p. 185), “a festa é transferida como um movimento de reatualização do lugar consagrado na imaginação coletiva como palco legítimo da teatralização presente, como contexto propício para reanimar, na memória atual, o lugar do passado”. O lugar em ruínas é lembrado com pesar, ao passo que o lugar que se mantém é reapropriado por meio de práticas simbólicas que nutrem a lembrança e fortalecem os laços identitários, como apresentam as imagens comparativas entre um período e outro, a seguir.



Figura 2: Igreja de Nossa Senhora do Pilar, década de 1970, desfile de escolas, em Pilar de Goiás – GO. Foto: Acervo pessoal de Rogério Ferreira.



Figura 3: Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em 2014, na festa de Nossa Senhora do Pilar.  
Foto da autora, setembro de 2014.

Para as pessoas do lugar, nem sempre é a longevidade que circunscreve determinadas manifestações como tradicionais ou não, como sugerem a perspectiva institucional, os órgãos de preservação e muitos estudos culturais. Trata-se justamente dessa “comunidade de sentimento”, dessas referências identitárias que dialogam com diferentes saberes (culinária, técnicas de produção, práticas de curas, artes, linguagens, entre outros) enredados nas práticas cotidianas.



Figura 4: Casarios remanescentes antes do restauro, em Crixás – GO. Foto: Acervo pessoal de Rômulo Xavier.



Figura 5: Canto da Folia do Divino em frente ao Casarão já restaurado (atual Espaço Cultural Ursulino Leão). Foto: Associação dos Catireiros e Foliões de Crixás, 2013.

Melo (2006, p. 167) ressalta que as folias, como rito de recordação, não são cerimônias que carregam objetos considerados simplesmente como resquícios a serem preservados. O ato de convocar o passado ritualisticamente não significa necessariamente passadismo ou nostalgia. “A memória, em seu poder de revificar narrativas, é criativa. Assim, recordação-comemoração não opera dentro de uma suposta separação entre passado, presente e futuro. A retrospectiva é um ato de protensão, extensão para adiante”.



Figura 6: Centro de Tradições, onde atualmente funciona o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura, antigo “casarão”, em Porangatu – GO. Foto da autora, abril de 2014.



Figura 7: Folia do Divino em frente ao Centro de Tradições. Foto: Acervo do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura, década de 1990.

Ainda que o patrimônio não permaneça na materialidade, ou não se inclua nos projetos de patrimonialização nacionais, considero que *ele se mantém no vivido, nos valores simbólicos, nas lembranças e na vivência, podendo mesmo ser locais, pequenas e até familiares*, para o caso das cidades em análise.

Mesmo assim, de acordo com Ecléa Bosi, quando o patrimônio permanece na materialidade, a memória é muito mais proeminente para aquele lugar do que se ele estivesse ausente, ou constituindo-se apenas como ruínas nos espaços urbanos. Para ela, “faz parte da dialética do espírito moderno essa tensão diária entre a transformação e a resistência” (BOSI, 2003, p. 206).

O patrimônio, então, se apresenta como possibilidade de promover uma rede de convívio e sociabilidade que transmuta o sentido de cidade ou espaços modernos. Combinam-se a resistência do espaço e do tempo, não só pelos acúmulos históricos que rememoram o passado, mas por meio de relações sociais que persistem, pelo sentido de pertença e pela construção da identidade partilhada, ora como passado, ora como presente e ora como devir.

## Considerações finais

Embora ainda de forma, por ora, incipiente, pretendo inferir que mesmo dentro de um lugar supostamente “esquecido” nas escalas que ultrapassam os limites do lugar vivido, o patrimônio se revela. Paralelamente, tanto o patrimônio material quanto o imaterial são partes constitutivas do lugar e da vida, e eles dão suporte às lembranças, assumindo formas de *resistência* à modernidade e aos processos que levam à destituição da memória sobre o lugar.

O patrimônio em Goiás tem sido pensando em duas escalas de pensamento que se relacionam dialeticamente. A primeira, num movimento do abstrato para o empírico, diz respeito à modernização do território goiano, que moldou o espaço urbano e conduziu ao esquecimento muitos lugares do patrimônio. A segunda escala, num movimento do empírico para o abstrato, refere-se ao lugar nas cidades do patrimônio, onde são identificadas as *resistências*, embora elas nem sempre estejam no plano do material.

As duas escalas são dialéticas, na medida em que a *resistência* do patrimônio, que é local, familiar ou comunitária, se retroalimenta ante a ameaça de modernização e transformação socioespacial.

## Referências

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 198-211, jan./abr. 2003.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A Urbanização do Sertão Goiano e a Criação de Goiânia. In: GOMES, Horieste. (Org.). **O Espaço Goiano: abordagens geográficas**. 1. ed. Goiânia: AGB, 2004, v. 1, p. 93-144.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Everaldo Batista. **Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade-urbana – totalidade-mundo**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

COSTA, Everaldo Batista; STEINKE, Valdir Adilson. Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: uma agenda de pesquisa. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, Goiânia, 2013, p.164-195.

COSTA, Everaldo Batista; SUZUKI, Júlio César. *A ideologia espacial* constitutiva do Estado nacional brasileiro. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (6). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>>

ECKERT, Cornelia. A saudade em festa e a ética da lembrança. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 182 – 192, 1997.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira. Goiás e Goianidade. **Aphonline**: Trindade, v.1, n. 1, p. 52-64 , jan./jun., 2011.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, A. (org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MELO, Rosa Virgínia. Cerimônias comemorativas em Corumbá de Goiás. In: MELLO, Thereza Ferraz Negrão de (Coord.). **Entorno que transborda**: patrimônio imaterial da RIDE. Brasília: Petrobrás, 2006, p. 143 – 171.

PAES, Maria Tereza Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

Recebido para publicação em janeiro de 2016

Aprovado para publicação em março de 2016